

AS FRONTEIRAS INSULARES DE BELÉM: reflexões a partir de um prisma historiográfico

Enos Botelho Sarmento¹

Artigo recebido em: 20/12/2024.

Artigo aceito em: 28/06/2025.

RESUMO:

Discutiremos nesse artigo a relação de Belém com suas fronteiras de ilhas insulares (ilha das Onças, Arapiranga) separadas por um limite de águas de 4 km, que corresponde a extensão da baía de Guajará, num período que abrange a virada do século XIX até as primeiras duas décadas do século XX. A metodologia desenvolvida neste trabalho, percorre os caminhos da análise de fontes impressas (jornais, álbuns do Pará, inventários) com adjeção de depoimentos orais coletados durante pesquisa de campo, no intuito de promover a reflexão pelas lentes do olhar historiográfico sobre relações de Belém com as ilhas em aspectos que envolvem os movimentos econômicos e populacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Fronteira; Belém; Ilhas.

The insular borders of Belém: reflections from a historiographical prism

ABSTRACT:

In this article, we will discuss Belém's relationship with its island borders (Ilha das Onças, Arapiranga) from the turn of the 19th century until the first two decades of the 20th century, separated by a 4 km water boundary, which corresponds to the length of Guajará Bay. The aim is also to discuss why, for at least a century, research involving the region of the islands bordering Belém has been practically relegated to oblivion by Amazonian historiography. Was it due to a lack of demand to study the border island region? Or because of a preconceived mentality that the islands had and have no economic, social or political importance in relation to the history of the capital? Narratives surrounding this mentality allow us, in this work, to reflect through the lens of historiography on the economic and population movements between Belém and its insular borders.

KEYWORDS: Amazon; Border; Belém; Islands.

¹ Doutorando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Licenciado em História pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Especialista em História da Amazônia pelo Centro Universitário FIBRA e Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8634668553948704>. E-mail: ennos.sarmiento@gmail.com.

1. Introdução

Quando pensamos em Belém na perspectiva de uma cidade moderna, com um centro histórico belíssimo e uma culinária muito rica, estamos corretos em pensar assim, pois Belém se enquadra nesses requisitos, e com vantagens. Mas, quando voltamos nosso olhar para entender como ela se consolidou enquanto capital regional e nacional, com população estimada em quase 1,5 milhões de habitantes², compreendemos que afluíram braços econômicos para ela que, em grande parte, sustentaram todo esse crescimento que contribuíram para que ganhasse tamanho reconhecimento - dentre eles o de Metrópole da Amazônia.

Primeiramente, quero defender alguns princípios teóricos da minha visão acerca do “preconceito historiográfico” que tenta encobrir (ou fazer com que desapareça sem que ninguém perceba) a relação entre Belém e as ilhas que a circundam. É importante pensarmos no diálogo a ser travado com o passado em busca de respostas para nossas indagações presentes.

A relação entre Belém e as ilhas é intrínseco tanto do ponto de vista econômico, comercial e quanto no que diz respeito a circulação de pessoas, protagonistas dessas conexões. A ilha das Onças e Arapiranga, que formam a porção principal das fronteiras de Belém, faziam parte do processo de expansão da indústria paraense no início do século XX, haja vista que suas olarias, seus engenhos, suas áreas de extrativismo, desenvolviam um comércio intenso com a capital paraense. No século XX se elaborou uma nova percepção e significado sobre algumas dessas ilhas. De acordo com Mourão (2010), a Ilha das Onças e algumas outras se tornaram locais favoritos para a elite estrangeira e os novos enriquecidos pela extração e comercialização do látex, da castanha e das madeiras.

No início do século XX, a imigração de estrangeiros para a Amazônia, em especial para Belém e Manaus, aumentou significativamente. Segundo Emmi (2009)

² De acordo com o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizado no ano de 2022, a população da capital paraense é de 1.303.403 milhões de pessoas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/belem.html>. Acesso em: 10/11/2024.

um retrato da imigração internacional histórica na Amazônia pode ser encontrado nos dados sobre o movimento migratório no porto de Belém no início do século XX. Estes dados, compilados por Emmi (2013), aparecem no *Anuário Estatístico do Brasil*. De acordo com esta fonte, entre 1908 e 1910 entraram pelo porto de Belém aproximadamente 13,5 mil estrangeiros, das mais diversas nacionalidades. Destacam-se os portugueses (48,67%), os espanhóis (15,98%), os ingleses (7,18%), os turcos-árabes (4,69%) e os italianos (4,15%). Já Ana Maria Daou (2000) afirma que, pelo porto de Belém, somente em 1907 mais de 36 mil pessoas entraram no estado, das quais cerca de 11.600 permaneceram na capital, absorvidas pelas atividades comerciais e industriais.

Mesmo após o colapso da borracha, imigrantes continuaram chegando. É o que se pode deduzir do número significativo de estrangeiros que residiam na Amazônia por ocasião do censo de 1920, quando a economia da borracha amazônica já estava decadente em consequência do avanço da produção asiática que se tornara crescente desde 1913. Tanto as novas entradas, como a permanência de grupos de imigrantes que passaram a instalar pequenas fábricas para abastecer o mercado local iniciaram um processo de substituição de importação de produtos que não mais podiam ser importados do mercado europeu (Emmi, 2009).

Para tanto, é notório observar que as relações entre Belém e as ilhas sustentam-se por intermédio das evidências históricas, documentais e historiográficas com os estudos acima representados. Sempre é relevante levarmos em consideração que este passado exige de nós um procedimento interpretativo, o que Gadamer assinalou com sua reflexão sobre o problema da consciência histórica.

Para Gadamer (1998), interpretação contextual e contextualização pelo historiador andam de mãos dadas, uma vez que, de posse de um fato histórico, o historiador detém em suas mãos o poder da interpretação histórica. A junção de intérprete e objeto a ser interpretado é chamada por Gadamer de fusão de horizontes, o ato da interpretação é o momento em que ocorre uma fusão entre os horizontes do intérprete e do texto (objeto a ser interpretado). É crucial atentarmos para cada

situação na construção do contexto histórico do que está sendo pensado, mesmo que ao longo dos anos parte dessa conjuntura seja tratada como menos importante. Ao desgavetar a documentação, o historiador, ao mesmo tempo em que está alimentando a chama da historiografia, também está proclamando que o presente está inquieto com um problema que foi detectado no passado, e que a partir daquele momento, seu “faro de pesquisador” foi ativado.

Historiografia não é achismo, não é impressão de momentos. Também não é simplesmente reproduzir o que o documento evidenciou. É procurar interpretar os problemas detectados à luz de minuciosa investigação. Nessa investigação, o historiador precisa ter o cuidado de não fazer valer suas vontades. Ele precisa procurar manter ao máximo a soberania de uma interpretação comprometida em contribuir com a visão crítica, dinâmica e acima de tudo científica dos fatos.

É missão do historiador revelar o que está encoberto, implícito na documentação. A interpretação histórica deve “tirar o véu” do que está subjacente dos fatos encontrados nos documentos. Dessa maneira, o historiador desconstrói inverdades que por ignorância, razões políticas, econômicas ou pelo preconceito moralista foram estigmatizados e naturalizados nos fatos históricos de maneira sutil.

2. Uma fronteira de relações

Ilha das Onças, Ilha Arapiranga, Cotijuba, Jararaca, Jararaquinha. Essas são algumas das ilhas que fazem fronteira a Belém, desde que foi fundada há mais de quatro séculos. Território de regiões alagadas, manguezais, igapós e também de terra firme. Classificadas geograficamente como regiões insulares, ou terra de várzeas, as ilhas fazem parte da chamada região estuarina amazônica.

Figura 1: Ilhas fronteiriças com a capital Belém



Fonte: Google Maps, 2024

No mapa, é possível visualizarmos do lado direito, Belém, a capital do Pará. Do outro lado, sua expressiva fronteira de território insular, tendo as águas da baía de Guajará como marco divisório entre esses espaços. Nota-se o aspecto vasto de áreas verdes que corresponde ao território da Ilha das Onças, Arapiranga e Combu. A paisagem domina o cenário da várzea, seguido pelo curso dos rios, que parecem desenhos e se contrastam ao tom escuro das águas da baía de Guajará.

Para muito além de suas características geográficas, as ilhas defronte de Belém garantiram uma importância fundamental no período que corresponde à virada do século XIX para o XX. As relações econômicas, políticas e os fluxos migratórios que houve na metrópole nesse momento, tiveram relações profundas com suas fronteiras num período marcado por uma expressiva estabilidade econômica.

O início do século XX é a continuação de um percurso de intensos movimentos na Amazônia. O comércio da borracha em auge, centenas de imigrantes europeus chegando em Belém, fortalecendo uma economia com aspectos significativos. Ao determos nossas reflexões em uma Belém que estava crescendo economicamente, com melhorias significativas em seus aspectos arquitetônico, urbanos, sanitários e portuário, resvalamos nossa atenção até chegarmos nas origens de toda riqueza que solidificou Belém enquanto capital da *Belle Époque*. As fronteiras

de Belém com seus territórios insulares foram um dos braços econômicos de sustentação e promoção de riquezas para a elite social e política belenense.

Ao afirmarmos que Belém mantinha relações com suas fronteiras no início do século XX, queremos pensar basicamente em dois desses aspectos relacionais: econômico e comercial. É possível visualizar que tais relações surgiram muito antes do início desse século. Roberto Santos (1980) dá indicações de que a exploração da borracha, de 1825 a 1850, circunscrevia-se principalmente aos arredores de Belém, nas ilhas. A afirmação do autor é muito clara se considerarmos os arredores aos quais ele se refere, onde estão as fronteiras, como áreas com extensas regiões de várzea e com seringais a serem consumidos. Logo, se nas fronteiras da cidade há presença de grande quantidade de seringueiras do gênero *Hevea brasiliensis*, (principal matéria prima para produção da borracha), está nítido que seria vantajoso explorar inicialmente essas áreas de seringais mais próximos.

Belém começou a desenvolver muito cedo as suas relações com as fronteiras insulares em ligações diretas, pois nos relatos da extração de borracha no Pará do início do século XX, é possível visualizar as ilhas de Belém com uma expressiva capacidade de produção. A ilha das Onças, por exemplo, faz fronteira com a capital, sendo uma das maiores em território (ocupa um território de 75 mil hectares) e tinha sua produção de borracha fina cotada a 3\$700 réis o quilo no ano de 1913 (mesmo com a demanda da borracha em queda). É pertinente notar que numa lista da produção de sete regiões diferentes do Estado, a borracha da ilha das Onças aparecia como a quinta mais bem cotada. Já em 1918, com pressão da crise de produção, a cotação ficara ao preço superlativo de 3\$450 réis o quilo.

A riqueza produzida nos espaços marginais da capital paraense estava ligada a uma elite comercial que controlava esses territórios, e promovia relações vantajosas do ponto de vista econômico. A seção “Repartição de Obras Públicas” do acervo do Arquivo Público do Pará (APEP) apresenta os registros de títulos de terra que foram emitidos no período correspondente à virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O Major Pedro Antônio Borralho, era detentor de uma das maiores

propriedades na Ilha das Onças, que ocupa grande parte da região fronteiriça de Belém. Denominada de “Sítio Boa Vista” a propriedade possuía três milhões quatrocentos sessenta e cinco mil e duzentos metros quadrados.

Em 2 de setembro de 1913, por ocasião da morte do Major Borralho, a propriedade foi leiloada. No edital de hasta pública, anexado ao inventário do proprietário, chama atenção a evidência atribuída aos seringais. O edital pontua que: “Tem mais no referido sítio, diversas barracas de vigias e estradas de seringais que são da propriedade”. Através dos documentos, percebe-se a presença ativa das atividades econômicas advindas dos seringais das ilhas da fronteira de Belém. Nota-se também um protagonismo histórico na tessitura de relações comerciais com Belém, sendo o Major Borralho um sujeito integrado a uma elite econômica presente no território. Essa elite, era composta por outros proprietários, que desenvolviam relações comerciais com Belém também por intermédio da economia do látex.

Na tabela abaixo, é possível visualizarmos os nomes dos indivíduos que compunham a “elite econômica do látex” nas ilhas. Os dados, foram obtidos por intermédio dos inventários dos proprietários disponibilizados para consulta no Centro de Memórias da Amazônia (CMA-UFPA).

Tabela 1: Propriedades na Ilha das Onças

Proprietário	Nome da propriedade
Antonio Pedro Borralho	Sítio Boa Vista
Joaquim de Lima Araújo	Sítio Santa Cruz do Livramento
Manoel Cardoso Cunha Coimbra	Sem nome
Manoel Ignácio Rodrigues de Moraes	Sítio Acapu
Manoel Luiz Rodrigues de Moraes	Sítio São João
Manoel Antonio Rodrigues de Moraes	Sítio Fé em Deus
Pedro da Costa Gouveia	Sítio Bom Jardim
João Olímpio Rangel	Sítio São Francisco

Fonte: Inventários Centro de Memória da Amazônia – CMA

Esses dados, mostram os sujeitos históricos como agentes dessas relações, e evidenciam que os seringais das fronteiras insulares são elementos essenciais para refletirmos sobre as relações econômicas tecidas entre elas e Belém, pois a metrópole era o destino da borracha coletada nas Ilhas. Também eram de Belém que provinham os materiais utilizados na extração das mesmas, sem contar que as navegações ocorridas entre Belém e as Ilhas de fronteira e vice-versa, fortaleciam essas relações comerciais. Além disso, demais relações estabelecidas através de vivências, de atos de aproximação.

O Jornal *Estado do Pará*, na sua edição do dia 3 de junho de 1913, destaca uma de suas colunas da segunda página a visita do industrial Conrado Ramos Bastos à cidade de Belém. A visita de Conrado, a convite de J. Lima Campello, chefe da fiscalização da Defesa da Borracha, tinha como objetivo realizar experimentos de um machadinho sangrador automático, a mais nova invenção de Conrado, além de fazerem parte do experimento, alguns aparelhos receptores de látex. Segundo o articulista, a promessa era que o aparelho preservasse as seringueiras de intempéries causadas pelos ferimentos gerados pelos cortes, assim como os receptores melhoravam a coleta do leite antes de ir para defumação³.

Extraír o leite das seringueiras era tarefa árdua e demorada. O trabalho começava ainda de madrugada com o sangramento das árvores, que eram cortes longos feitos geralmente em formato diagonal para que o leite escorresse até um recipiente chamado “cadilho”⁴. Ao término do sangramento, o seringueiro voltava e recolhia o leite que já estava armazenado nos cadilhos, derramava em outro recipiente, chamado “balde de cuia”⁵, e, em seguida, em uma cabana de palha, iniciava o processo

³ ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). Edição 783, 03 de junho de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

⁴ Consistia em um recipiente comparado a uma tigela. Era geralmente feito de barro e muito comercializado nos mercados de Belém.

⁵ Recipiente feito a partir do fruto da cuieira. Depois de colhida, fazia-se na cuia um pequeno orifício, tirava-se a massa interna e colocava-se no sol para secar. Cada balde de cuieira tinha capacidade de armazenar de 12 a 15 litros.

de defumação⁶. Os experimentos iniciais de Conrado foram feitos em seringueiras do Museu Emílio Goeldi, e em seguida rumaram em uma lancha para a Ilha das Onças, onde na fala do articulista: “poderão tirar a prova dos aparelhos”⁷.

O recorte jornalístico é breve, não dá muitos detalhes a respeito da presença do grupo no território da Ilha das Onças. O que nos chama a atenção e fica evidente na leitura desse e outros noticiários são os aspectos relacionais presentes neles tecidos entre capital e fronteira insular. A presença do grupo no local, o ato de atravessar a baía de Guajará e com quem atravessar indicam relações concretas que envolvem não apenas indivíduos, mas produtos também, pois certamente o grupo que além de Conrado, incluía os funcionários do Estado, necessitando de toda uma logística para o deslocamento.

O ato de fazer experimentos com produtos na Ilha, nos deixa entrever os tipos de relações comerciais que estavam se formando naquele momento. Os seringais da Ilha das Onças serviam não apenas para experimentos, mas também para firmar possíveis parcerias comerciais dos empresários de Belém com uma clientela que explorava látex nas regiões.

Essas relações comerciais não se davam apenas com os seringais. As ilhas defronte de Belém construíram relações com a capital pela produção das indústrias de cerâmica que ali se assentara. Ao menos duas grandes olarias se instalaram nessas fronteiras insulares: a primeira Olaria Noguez (que mais tarde se chamaria Olaria Landi), na ilha das Onças, e a segunda Olaria Arapiranga, na Ilha de Arapiranga. As

⁶ Processo artesanal de beneficiamento da borracha. Em um recipiente chamado buião, juntavam-se gravetos com caroços de urucurí que em contato com fogo provocava uma fumaça forte para cozinhar a borracha que ganhava volume a cada balde de cuia que era derramado sobre um outro objeto chamado Fôrma. Esse mesmo processo era repetido por cerca de uma semana para se obter uma borrach que pesava em torno de 20 a 25 quilos.

⁷ ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). Congresso de Defesa Econômica da Amazônia. As experiências do corte e preparo do látex no Museu Goeldi. Edição 859, Belém, 18 de agosto de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital), p. 01.

evidências documentais⁸ nos demonstram que essas olarias foram fundadas no período que corresponde do final do século XIX e início do século XX.

O álbum *O Pará Comercial*, do italiano Arthur Caccavoni, datado de 1900, detalha algumas das indústrias mais importantes do Estado do Pará, dentre elas descreve a respeito do importante estabelecimento comercial fundado na Ilha das Onças. A Olaria fundada pelo cidadão francês chamado Domingos Noguez era, de acordo com Caccavoni, um dos estabelecimentos comerciais mais importantes do Brasil. Noguez inovou, pois importou da Europa todo o maquinário utilizado na olaria⁹, conseguindo fabricar no solo insular da Ilha das Onças os mais bem reputados produtos de cerâmica, tijolos e telhas de mesma qualidade dos que vinham da Europa. Em 1900, o estabelecimento possuía três máquinas de fabricação de telhas e tijolos, que trabalhavam simultaneamente produzindo diariamente 30.000 mil tijolos e 25.000 mil telhas, sendo necessários nove secadores que comportavam prateleiras para 65.000 tijolos e 52.000 telhas de cada vez¹⁰.

Outro empreendimento foi sediado na Ilha de Arapiranga, a olaria Arapiranga que, no início do século XX, pertencia ao industrial paraense Manoel Luiz Dacier Lobato, detentor de diversos imóveis na capital, dentre barcos e algumas propriedades na Ilha de Marajó¹¹, também possuindo uma produção diversificada. É possível visualizar diversos anúncios da olaria no periódico *Estado do Pará*, em que está descrito que na mesma também se fabricava “telhas e tijolos de todas as qualidades”¹². Manoel Dacier ampliou suas operações na Ilha de Arapiranga, pois além da olaria, uma fazenda e uma serraria também faziam parte do empreendimento (sem contar os extensos seringais com expressiva produção de látex) de Dacier, que injetou na produção da fábrica novos produtos. No ano de 1919 ali já se fabricavam

⁸ CACCAVONI, Arthur. *O Pará comercial na Exposição de Paris*. [s.l.:s.n.], 1900. Obras raras - acervo digital. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/o-para-commercial/>. Acesso em: 12 de nov. de 2024.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ INVENTÁRIO de Manoel Luiz Dacier Lobato arquivado no Centro de Memórias da Amazônia. Cartório Odon (2º Vara Cível); Código: 145.704870.842-503; Notação: 270 – “C”, 1911.

¹² ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). Pequenos annuncios. Edição 2496, Belém, 11 de março de 1918. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital), p. 05.

tijolos angulares, retangulares, ladrilhos, maciços lisos, maciços prensados, alvenaria maciça para jardins e poços, telhas no sistema Marselha e comum¹³.

A intensa produção feita nas olarias da fronteira provocou o aprofundamento das relações com Belém, pois era para Belém toda a produção feita nas fronteiras. Caccavoni ressalta a respeito do que era produzido na Olaria Noguez:

A louça feita trazia gravado o nome do grande industrial que conseguiu abastecer o mercado de Belém de materiais de construção em uma época em que a febre edificadora aumentava vertiginosamente, marcando a estatística municipal mais de 400 edificações anuais na média (Caccavoni, 1900, p. 31)

Na virada do século XIX Belém vivia o auge da economia da borracha. Era um período marcado principalmente pelo governo do intendente Antônio Lemos a partir do ano de 1897. Lemos promoveu uma verdadeira renovação estética e higienista em Belém com obras de reestruturação que mudariam o aspecto visual da cidade. O intendente consagrou-se como o grande urbanizador de Belém; nas palavras da historiadora Maria de Nazaré Sarges: “Ainda prevalece na imagem dos paraenses o ‘mito do velho’ Lemos, o grande urbanizador, aquele que foi insuperável na capacidade de dedicar sua vida a uma cidade” (Sarges, 1998, p. 294).

Ao relacionarmos o período de grande prosperidade que vivia a economia paraense com a intendência de Lemos e todo seu aparato de obras faustosas para o embelezamento de Belém, é justificada tamanha necessidade de materiais de construção que a cidade precisava. Além das obras públicas que estavam sendo executadas, o centro urbano crescia com inúmeras construções de casas particulares, inclusive muitos prédios da capital paraense receberam na cobertura de seus telhados ou na constituição de suas paredes, tijolos e telhas das olarias da fronteira insular, sendo o mercado de São Brás um deles.

O mercado de São Brás, foi construído no período áureo do ciclo da borracha, teve sua construção iniciada em 1910 e concluída um ano seguinte, em 1911(Pantoja, 2014). O *Jornal Diário do Pará*, na sua edição do dia 05 de janeiro de

¹³ ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). Pequenos annuncios. Edição 2918, Belém, 10 de maio de 1919. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

1988, noticia sobre o destelhamento do famoso mercado de São Brás, localizado no bairro de São Brás em Belém¹⁴. A manutenção fazia-se necessária, pois grande parte da estrutura que recebia o telhado estava estragada pela ação do tempo e de cupins. Ao retirarem as telhas através de calhas, observou-se que nelas estava o selo de fabricação da olaria de Arapiranga, que foi a responsável pelo fornecimento das telhas para a cobertura do mercado. Tal qual se fabricava na Europa, Arapiranga também produzia telhas no modelo francesa, a chamada telha Marselha¹⁵.

Como é possível perceber, Belém construiu uma intensa relação comercial com suas fronteiras, que abasteciam a cidade com sua produção. O convívio e as trocas eram praticamente diários. As questões mais complexas de negócios como fechamento de contratos e encomendas eram geralmente resolvidos com os administradores ou com proprietários em seus escritórios de Belém. O Sr. Dacier Lobato, industrial proprietário da Olaria Arapiranga, mantinha seu escritório na capital e, ao mesmo tempo, mantinha de longe o controle sobre seu empreendimento em Arapiranga¹⁶, demonstrando aqui também um convívio intenso entre capital e fronteiras insulares.

3. Relações relegadas pela historiografia?

Em Belém existem cerca de 39 ilhas (Silva et al., 2011). Territórios adjacentes a Belém, as ilhas comumente são enxergadas e apresentadas na historiografia como regiões de importância inferior e secundárias, acessórias ou simplesmente invisíveis diante da capital. Com população de indivíduos analfabetos e retrógrados diante da população inovadora da capital. Sendo assim, as consequências de uma impressão negativa a respeito das ilhas ganharam sustentação cada vez mais forte na historiografia, invisibilizando-as. A grande preocupação é que o que até então foi escrito pela historiografia amazônica a respeito das ilhas, ainda é insuficiente para que

¹⁴ DIÁRIO DO PARÁ. Telhado do mercado estava por um fio. Edição 1629, Belém, 05 de janeiro de 1988. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

¹⁵ ESTADO DO PARÁ, edição 2918, op. cit.

¹⁶ JORNAL ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). Pequenos annuncios. Edição 2495, Belém, 10 de março de 1919. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

mitos eminentemente exagerados entre os quais acabamos de mencionar, possam ser extintos do imaginário que ainda se sustenta sobre essas localidades.

As ilhas da fronteira insular de Belém começaram a ser povoadas a partir da valorização do comércio da borracha, pois anterior a esse período o movimento de indivíduos nessas fronteiras era inferior comparado aos que se sucederam na virada do século XIX para o XX. Para Leila Miranda (2015), as ilhas defrontes a Belém apresentavam nas documentações do século XVII uma perspectiva de ambiente com pouca ou quase nada de circulação humana. A esse respeito, a autora pontua que:

A documentação relativa aos séculos XVII ao XIX ao se referirem às águas e ilhas que compõe RMB e seus arredores trazem informações indiciárias, de elas que eram utilizadas para instalação de faróis ou sinaleiras para orientar a navegação. Mas também eram lugares de pesca, fugas, esconderijos e ou moradias de indígenas, escravos africanos, afros descendentes e outros fugitivos (Miranda, 2015, p. 84)

Em continuidade, Leila Miranda (2015) assera que

Algumas ilhas foram sendo povoadas através de projetos de governo, em função da política de imigração por ele promovida [...]. A par dessas ações, a ocupação desautorizada, de outras ilhas de menor importância (Combú, Ilha Grande), por migrantes nordestinos, recusados nos projetos governamentais relativos à produção do látex, ou que vinham por conta própria para a Amazônia, sem condições financeiras para chegar aos seringais ou castanhais (Miranda, 2015, p. 85)

Ao ouvir algumas narrativas dos moradores que residem nas ilhas da fronteira insular, (tendo em vista que é muito difícil ouvir as falas de todos, pois as populações residentes nesses locais são demasiadamente grandes) é confirmado que parte da origem dessas populações é nordestina. Seu Joaquim Araújo, residente na Ilha das Onças, 83 anos, pai de dez filhos, casado com Dona Maria José Araújo, é descendente de migrantes nordestinos que trabalharam no seringal das fronteiras insulares. No relato, seu Joaquim nos diz: “Meus pais vieram do Ceará ainda muito novo trabalhar pra cá, eu já nasci e me criei aqui riscando seringa e conheci ela né, que veio lá dos

lados do Acará”¹⁷. Em outro relato, Dona Angelita Souza, 78 anos, ex-funcionária da olaria de Arapiranga, nos diz:

Eu tenho origens do Marajó. Tudo começou quando minha avó que morreu com 87 anos veio pra cá, num barco que leva telhas e tijolos daqui da antiga olaria, pra te falar a verdade, minha avó contava que alguns de nossos antepassados tinham sido escravos né. Eu sou de origem muito humilde sabe.¹⁸

Os depoimentos de seu Joaquim Araújo e Dona Angelita Souza, apesar de serem breves, endossam nosso diálogo. Observamos que grande parte dos habitantes que começaram a povoar as fronteiras de maneira desordenada, ou seja, não autorizados pelo governo, eram nordestinos, pobres, de origem humilde e com poucos recursos para chegar até mesmo nos seringais. Essa “entrada pelos fundos” veio acompanhada de consequências quase irreversíveis, pois se produziu nas ilhas um exército de marginalizados, penalizados e esquecidos pela historiografia, causando marcas profundas na construção da identidade desses indivíduos que diferente dos imigrantes europeus, não tiveram um projeto político próprio de imigração. Em tese, podemos afirmar que essas regiões tiveram suas relações com Belém, ou com outras regiões do Estado relegadas pela historiografia?

Para refletir a respeito da pergunta anterior, é fundamental recorremos a algumas questões no presente, dentre elas a identidade atribuída às pessoas que habitam essas regiões: ribeirinhos, insulares (num termo mais modernizado), ou muitas vezes pejorativamente “cabocos”, são termos comumente utilizados para fazer referências aos moradores das ilhas. Pessoas de modos simples, os ribeirinhos habitam nas margens dos rios, furos e igarapés das regiões de várzea, desempenhando principalmente as atividades extrativistas do açaí e pesca artesanal. Para uma análise mais detalhada a respeito da constituição desse olhar identitário atribuído aos ribeirinhos, é muito válido um diálogo com Valter Cruz

¹⁷ ARAÚJO, Joaquim Neves. Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações na ilha das Onças. Entrevistador: Enos Botelho Sarmento. Duração de 50min20s. Ilha das Onças: Comunidade Piramanha, 2021.

¹⁸ SOUZA, Angelita Serrão de. Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações na ilha de Arapiranga. Entrevistador: Enos Botelho Sarmento. Duração: 23min10s. Ilha Arapiranga: Comunidade Vila do Arapiranga, 2021.

Historicamente se sedimentou no imaginário social um conjunto de representações, imagens e ideologias sobre a Amazônia e, em particular, sobre as populações que tradicionalmente se territorializaram na região, como as populações ribeirinhas. Essas representações alicerçaram diferentes “modos de ver” a identidade das populações ribeirinhas. Esses diferentes “olhares” vão de um extremo ao outro, da construção do estereótipo que conduza um processo de estigmatização cultural – ou mesmo à invisibilidade de tais populações – à idealização romântica e idílica do chamado “caboclo amazônida (Cruz, 2008, p. 05-06)

A identidade atribuída a esses indivíduos foi um fator chave que provocou um conjunto de estereótipos negativos, que na visão de Valter Cruz enumeram-se pelo menos três desses modos de ver a identidade das populações ribeirinhas: o olhar naturalista, o olhar tradicionalista/romântico e o olhar moderno colonial¹⁹. Na abordagem a respeito do “olhar naturalista” da identidade dos ribeirinhos em que

As populações rurais e ribeirinhas ou “caboclas” da Amazônia e suas identidades foram historicamente ignoradas e invisibilizadas por um olhar naturalista e naturalizante que sempre viu a região somente como natureza (Cruz, 2008, p. 05)

Dessa maneira, se torna improvável não fazer conexões com as pesquisas que venho desenvolvendo nas regiões da fronteira insular de Belém. Observo nos diálogos que faço com muitos ribeirinhos certa resistência em afirmar sua identidade. Tal resistência se dá por temor a discriminações e exclusão em locais fora contexto ribeirinho, como por exemplo, no centro urbano.

O estudante Mailson Silva, 16 anos, mora na ilha de Arapiranga, e estuda em Barcarena onde faz o 2º ano do Ensino Médio. Em uma conversa bem amigável, perguntei a respeito dos amigos da escola e das relações com os colegas de turma: “Ando mais com meus amigos aqui da ilha mesmo, alguns da minha sala não gostam de interagir com a gente. As vezes sentimos preconceito”²⁰. Pergunto o que ele pretende ser no futuro: “Eu ainda não sei, mas gosto de matemática, eu sou muito bom de matemática.”²¹.

¹⁹ Idem.

²⁰ SILVA, Mailson. Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações na ilha de Arapiranga. Entrevistador: Enos Botelho Sarmiento. Duração de 45min19s. Ilha de Arapiranga, 2021.

²¹ Idem.

A escolha de Maílson de preferir ficar ao lado de seus amigos da ilha, funciona como uma válvula de escape para não ser discriminado e excluído na escola. O olhar naturalista alimenta a ideia que o ribeirinho “nasceu caboco e morrerá caboco”, promove a invisibilidade da identidade ribeirinha e espalha a semente da ignorância e do preconceito. No seu interior, colaboram para o apagamento histórico que por sinal não é contemporâneo.

Ao observar as características de Belém, considerada a cidade símbolo da Amazônia que historicamente tem sido o principal centro de trocas irradiação e cultura e modos de vida e de viver, Leila Miranda (2015, p. 82) pontua que esta cidade como símbolo permeada de representações mentais e materiais da modernidade “foi organizada historicamente de costa para as águas e ilhas. E como tal tornou-se referência material e imaginária para as outras cidades ribeirinhas na Amazônia”. Ao refletir a respeito de uma Belém moderna que foi organizada de costa para o rio, a perspectiva mais aceitável apontada por Leila é que os habitantes da parcela continental de Belém percebem e vivem na perspectiva de habitar a terra firme, ‘fora’ das águas e do que elas podem representar²².

4. Considerações finais

Ao imaginamos Belém de costa para o rio, para as fronteiras insulares, está explícito o plano de idealizar a inexistência de relações com as fronteiras insulares, ganhando as maiores fatias na historiografia, as ligações tecidas com Portugal, Espanha – e com outras partes do país foram as relações com as ilhas da fronteira destinadas ao esquecimento. Quando se constrói Belém de costas para o rio, a cidade “recebe com as mãos por cima do ombro” toda a contribuição econômica, comercial que as fronteiras deram para a solidificação de Belém enquanto cidade moderna.

Esse aspecto reducionista ao qual ainda sofrem as populações ribeirinhas, resvalam para a historiografia que os vê a partir de um olhar mais antropológico contemporâneo (e não histórico), pelo fato de dispor apenas da oralidade como fonte

²² Idem.

histórica. Tais impressões causam objeções às pesquisas que envolvam essas regiões, e muitos pesquisadores dificilmente conseguem ver importância econômica, comercial e de fluxo de indivíduos que foram formadas das regiões insulares com os centros “modernizados e civilizados”.

Dificultar não é impossibilitar, muito menos uma barreira impossível de ser rompida. Também é crucial que não se deva aplicar o conceito de generalização quando se fala em disponibilidade de fontes históricas para se estudo das populações das margens, pois no caso das fronteiras insulares de Belém, as relações econômicas e comerciais favoreceram documentação suficiente para que as reflexões através do prisma historiográfico fossem possíveis. A partir das ilhas da fronteira de Belém, é possível ampliarmos o campo de pesquisas no que tange pensar sobre as várzeas amazônicas.

É complexo lançar-se ao desafio de juntar todos os vestígios possíveis e refazer trajetórias de muitas populações e regiões da Amazônia, mas é de fundamental importância. Não se pode esquecer que esses indivíduos penalizados com a invisibilidade, com o desempenho dos trabalhos mais árduos, com a ocupação das moradias mais insalubres, e com a discriminação, contribuíram com sua força de trabalho para o sucesso econômico que Belém viveu na virada do século XIX para o século XX.

Os padrões e a elite detentora do capital sempre tiveram documentações fartas ao seu favor, e por isso suas trajetórias são menos complicadas de pesquisar. Mas não se pode esquecer que a história da ocupação amazônica não foi feita apenas por uma elite estrangeira enriquecida com a economia do látex, mas também por mãos indígenas e nordestinas; logo, é crucial e torna-se muito justo a atenção da historiografia amazônica para o entendimento de relações que se constituíram no âmbito do desenvolvimento dos centros urbanos presentes na Amazônia.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

CACCAVONI, Arthur. **O Pará commercial na Exposição de Paris**. [s.l.: s.n.], 1900. Obras raras, Acervo digital. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/o-para-commercial/>. Acesso em: 12 de nov. de 2024.

INVENTÁRIO de Manoel Luiz Dacier Lobato arquivado no Centro de Memórias da Amazônia. Cartório Odon (2ª Vara Cível); Código: 145.704870.842-503; Notação: 270 – “C”, 1911.

JORNAIS

ESTADO DO PARÁ. Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). Edição 00783, 03 de junho de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital), p. 02.

ESTADO DO PARÁ - Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). **Congresso de Defesa Economica da Amazônia**. As experiências do corte e preparo do látex no Museu Goeldi. Edição 859, Belém, 18 de agosto de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital). p. 01.

ESTADO DO PARÁ - Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). **Pequenos annuncios**. Edição 2495, Belém, 10 de março de 1919. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

ESTADO DO PARÁ - Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). **Pequenos annuncios**. Edição 2496, Belém, 11 de março de 1918. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital). p. 05.

ESTADO DO PARÁ - Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). **Pequenos annuncios**. Edição 2918, Belém, 10 de maio de 1919. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

DIÁRIO DO PARÁ. **Telhado do mercado estava por um fio**. Edição 1629, Belém, 05 de janeiro de 1988. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

FONTES ORAIS

ARAÚJO, Joaquim Neves. **Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações na ilha das Onças**. Entrevistador: Enos Botelho Sarmento. Duração de 50min20s. Ilha das Onças: Comunidade Piramanha, 2021.

SOUZA, Angelita Serrão de. **Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações na ilha de Arapiranga**. Entrevistador: Enos Botelho Sarmento. Duração: 23min10s. Ilha Arapiranga: Comunidade Vila do Arapiranga, 2021.

SILVA, Mailson. **Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações na ilha de Arapiranga**. Entrevistador: Enos Botelho Sarmento. Duração de 45min19s. Ilha de Arapiranga, 2021.

BIBLIOGRAFIA

CRUZ, Valter do Carmo. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C.; TAVARES, M. G. C. (orgs). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: Edufpa, 2008.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMMI, Marília Ferreira. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX: o caso dos italianos. In: ARAGÓN, Luis E. (org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, p. 263-279, 2009.

EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses. In: **ANAIS DO XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP**, Caxambú, Minas Gerais, Brasil, 20 a 24 de setembro de 2010.

MIRANDA, Leila Mourão. Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico. **Labor & Engenho**, v. 2, p. 81-92, 2015.

PANTOJA, Laura Cristina Monte Palma. **Mercado de São Brás e seu entorno: tramas e sentidos de um lugar**. 2014. 146 f. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2014.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. Memórias do "Velho" intendente: Antônio Lemos - 1869-1973. 1998. 304 f. Tese, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, 1998.

SILVA, R.O. da et al. **Pesquisa de Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas: Açáí**. Instituto Peabiru, 2011.